

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 4


Ano 2023

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 4

Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProfª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProfª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional 4

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C569	<p>Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional 4 / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0990-8 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.908232402</p> <p>1. Ciências sociais. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A coletânea Ciências sociais aplicadas: *Estado, organizações e desenvolvimento regional 4* é composta por 12 (doze) capítulos produtos de pesquisa, ensaio teórico, revisão integrativa e de literatura, relato de experiências, estudo de caso, dentre outros.

O primeiro capítulo analisa as mudanças da reforma *previdenciária, realizadas com a Emenda Constitucional nº 103/2019*. O segundo capítulo, por sua vez discute *os determinantes do controle social nos municípios brasileiros do ponto de vista da responsabilidade social das prefeituras e instituições envolvidas*.

O terceiro capítulo apresenta os resultados da análise dos *impactos dos processos de execução fiscal no andamento dos processos, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. Já o quarto capítulo, apresenta os resultados da pesquisa acerca da influência da pandemia de Covid-19 *nas decisões sobre prisões preventivas tomadas entre os anos de 2020 e 2021*.

O quinto capítulo, discute os impactos da pandemia de Covid-19 no cotidiano dos alunos da educação básica em decorrência do ensino remoto. Já o sexto capítulo, apresenta a experiência *da certificação para a incubadora IF For Business*, discutindo seu nível de maturidade e apresentando *o método de certificação do CERNE1 a partir da ferramenta de gestão PDCA*.

O sétimo capítulo, *apresenta os resultados de um estudo sobre as inovações tecnológicas implementadas por MPEs da indústria têxtil do vestuário aglomeradas territorialmente*. Já o oitavo capítulo, analisa o processo *de venda direta de produtos artesanais da Rede Asta, desenvolvida pelo Instituto Realice, a partir do posicionamento de negócios no conceito de Effectuation de Saras Sarasvathy*.

O oitavo capítulo discute os resultados da pesquisa acerca do compartilhamento do conhecimento, pela rede de organizações do terceiro setor e como este processo pode fortalecer esse grupo de entidades. O nono capítulo, por sua vez, discute *a interface entre a prática reflexiva e a dimensão política do Serviço Social* discutindo a necessidade de seu fortalecimento.

O décimo capítulo, discute *a importância da conservação e valorização do(s) patrimônio(s) destes territórios de baixa densidade populacional enquanto recursos endógenos para o desenvolvimento local sustentável*. E finalmente, o décimo segundo capítulo, discute *o panorama político espírito-santense (1945-1961): governos Carlos lindenber e francisco lacerda de aguiar*.

CAPÍTULO 1	1
MUDANÇAS OCASIONADAS PELAS ALTERAÇÕES DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL	
Carlos Alexandre Cirne Lopes	
Cássio dos Santos Borba	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324021	
CAPÍTULO 2	23
UM ESTUDO DOS DETERMINANTES DO CONTROLE E DA GESTÃO MUNICIPAL SOBRE OS FUNDOS DE DIREITOS CAPTADOS POR DESTINAÇÕES DE IMPOSTOS	
Artur Angelo Ramos Lamenha	
Karoline do Carmo Ramos Lamenha	
Cleydner Marques de Magalhães Maurício	
Sílvia Marisa Rampello	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324022	
CAPÍTULO 3	40
EXECUÇÃO FISCAL E MOROSIDADE JUDICIAL: IMPACTOS SOBRE O ANDAMENTO DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS	
Walquírya Vieira da Cruz Soares	
Laína Souza Ventura dos Reis	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324023	
CAPÍTULO 4	53
UMA ANÁLISE DA PRISÃO PREVENTIVA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 SOB O OLHAR DA MAGISTRATURA E DA DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO	
Natália Ximenez Campanile	
Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324024	
CAPÍTULO 5	76
O IMPACTO DA PANDEMIA NAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DISCENTE	
Patrick Cezar da Silva e Silva	
doi https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324025	
CAPÍTULO 6	80
INCUBADORA DE EMPRESAS NO IF GOIANO CAMPUS RIO VERDE: EM BUSCA DA CERTIFICAÇÃO	
Sílvia Ferreira Marques Salustiano	
Lavínnia Barros Ribeiro	
Frankcione Borges de Almeida	
Evaristo Fernandes Lima	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324026>

CAPÍTULO 785

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: ESTUDO EM UM DOS MAIORES POLOS
TÊXTEIS DO PAÍS

Bárbara Silvana Sabino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324027>

CAPÍTULO 8 106

CAUSATION E EFFECTUATION E A CRIAÇÃO DA REDE ASTA: INOVAÇÃO
NA VENDA DIRETA DE ARTESANATO

Maristela Pessoa

Andre Ribeiro de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324028>

CAPÍTULO 9 120

CONHECIMENTO COMPARTILHADO EM REDE: UMA BOA ESTRATÉGIA DE
FORTALECIMENTO?

Andreia Duarte Oliveira Costa

Maria Celeste Reis Lobo de Vasconcelos

Frederico Cesar Mafra Pereira

Oswaldo Ferreira Barbosa Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9082324029>

CAPÍTULO 10..... 137

A INTERFACE ENTRE A PRÁTICA REFLEXIVA DO SERVIÇO SOCIAL E A
DIMENSÃO POLÍTICA DA PROFISSÃO

Nívia Barreto dos Anjos

Maria Inês Amaro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90823240210>

CAPÍTULO 11 149

TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL NOS TERRITÓRIOS
DE BAIXA DENSIDADE

Nuno Manuel dos Santos Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90823240211>

CAPÍTULO 12..... 155

O PANORAMA POLÍTICO ESPÍRITOSSANTENSE (1945-1961): GOVERNOS
CARLOS LINDENBERG E FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR

Francisco José dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90823240212>

SOBRE A ORGANIZADORA 168

ÍNDICE REMISSIVO 169

A INTERFACE ENTRE A PRÁTICA REFLEXIVA DO SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO POLÍTICA DA PROFISSÃO

Data de submissão: 28/11/2022

Data de aceite: 01/02/2023

Nívia Barreto dos Anjos

Doutoranda em Serviço Social
Instituto Universitário de Lisboa
Lisboa - Portugal
Orcid: 0000-0002-4225-9868
<http://lattes.cnpq.br/3909321002652152>

Maria Inês Amaro

Professora Auxiliar Convidada
Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Instituto Universitário de Lisboa

RESUMO: Este artigo se reporta à interface entre a prática reflexiva e a dimensão política do Serviço Social. O seu objetivo geral é analisar a ligação entre a prática reflexiva e a dimensão política do Serviço Social, com o intuito de perceber se existe uma relação consistente entre essas duas categorias teóricas essenciais ao Serviço Social. Já os objetivos específicos são: 1. Verificar a relevância do paradigma transformativo nesta interface: prática reflexiva e dimensão política do Serviço Social; 2. Apresentar um pouco da experiência da observação em sala de aula da Licenciatura em Serviço Social do Iscte em relação a esta conexão. A metodologia adotada baseia-se em revisão teórica de

literatura, como também em observação em sala de aula. O recorte teórico fundamenta-se na concepção de Serviço Social como uma profissão dos direitos humanos e da justiça social. Nas considerações finais, este artigo trará como proposta que a interface entre prática reflexiva e dimensão política do Serviço Social deve ser fortalecida e que o paradigma transformativo é o mais apropriado para assegurar essa correlação. Considera-se que este seja um trabalho cientificamente relevante, pois procurará demonstrar, inclusive empiricamente, que a interação entre prática reflexiva e dimensão política da profissão poderá ser um instrumento de fortalecimento do Serviço Social na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Prática Reflexiva; Dimensão Política do Serviço Social; Paradigma Transformativo; Direitos Humanos.

THE INTERFACE BETWEEN THE REFLECTIVE PRACTICE OF SOCIAL WORK AND THE POLITICAL DIMENSION OF THE PROFESSION

ABSTRACT: This article deals with the interface between reflective practice and the political dimension of Social Work. Its

general objective is to analyze the connection between reflective practice and the political dimension of Social Work, with the aim of understanding whether there is a consistent relationship between these two essential theoretical categories of Social Work. The specific objectives are: 1. To verify the relevance of the transformative paradigm in this interface: reflective practice and political dimension of Social Work; 2. Present a little of the observation experience in the classroom of the Degree in Social Work at Iscte in relation to this connection. The methodology adopted is based on a theoretical review of the literature, as well as observation in the classroom. The theoretical outline is based on the conception of Social Work as a profession of human rights and social justice. In the final considerations, this article proposes that the interface between reflective practice and the political dimension of Social Work must be strengthened and that the transformative paradigm is the most appropriate to ensure this correlation. It is considered that this is a scientifically relevant work, as it will seek to demonstrate, even empirically, that the interaction between reflective practice and the political dimension of the profession can be an instrument for strengthening Social Work in contemporary times.

KEYWORDS: Reflective Practice; Political Dimension of Social Work; Transformative Paradigm; Human rights.

1 | INTRODUÇÃO

O interesse por este estudo surgiu durante as reflexões da unidade curricular optativa Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade, no Doutorado em Serviço Social do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte), ministrada pela Professora Doutora Maria Helena Belchior Rocha. Essa disciplina representou um diferencial, visto que possibilitou que a investigadora ampliasse seus conhecimentos sobre o Serviço Social de Portugal. O objetivo geral desta unidade curricular é aprofundar e debater os fundamentos do Serviço Social, no quadro das ciências sociais e humanas e as dimensões teórico-metodológicas no domínio da produção do conhecimento e desenvolvimento da identidade profissional. O programa se baseia em três itens: 1. Fundamentos do Serviço Social: perspectivas clássicas e contemporâneas; 2. Perspectivas contemporâneas e novas questões sociais; 3. Serviço Social e conhecimento: uma prática fundamentada.

Com base nos preceitos estudados, o objetivo geral desse artigo é analisar a ligação entre a prática reflexiva e a dimensão política do Serviço Social, com o intuito de perceber se existe uma relação consistente entre essas duas categorias teóricas essenciais ao Serviço Social. Já os objetivos específicos são: 1. Verificar a relevância do paradigma transformativo nesta interface: prática reflexiva e dimensão política do Serviço Social; 2. Apresentar um pouco da experiência da observação em sala de aula da Licenciatura em Serviço Social do Iscte em relação a esta conexão.

A metodologia adotada baseia-se em revisão teórica de literatura, como também em observação em sala de aula. Conforme Vilelas (2020), uma revisão de literatura tem o intuito de identificar o nível de discussão teórica do material consultado, indo além de uma

junção de visões sobre um tema, mas trazendo uma avaliação crítica e um debate teórico ampliado. Bryman (2012) afirma que a observação estruturada, muitas vezes também chamada de observação sistemática, é uma técnica na qual o pesquisador emprega regras explicitamente formuladas para a observação e registro do comportamento. Os preceitos informam os observadores sobre o que devem registrar. Cada pessoa que faz parte da pesquisa (os participantes) é observada por um período de tempo pré-determinado usando as mesmas diretrizes. Essas regras são articuladas no que se costuma chamar de roteiro de observação, que guarda muitas semelhanças com um roteiro de entrevista estruturada com perguntas fechadas.

Quanto ao desenvolvimento deste artigo, de início será apresentada uma revisão conceitual em relação a prática reflexiva, como também da dimensão política do Serviço Social, introduzindo o paradigma transformativo como o mais apropriado na atualidade para interagir na interface entre a prática reflexiva e a dimensão política do Serviço Social. Na sequência, serão apresentadas algumas falas de atores sociais referente a observação em aula ratificando a importância desta relação dentro dos direitos humanos.

O recorte teórico fundamenta-se na concepção de Serviço Social como uma profissão dos direitos humanos e da justiça social, conforme definição da FIAS (Federação Internacional de Assistentes Sociais).

Nas considerações finais, este artigo trará como proposta que a interface entre prática reflexiva e dimensão política do Serviço Social deve ser fortalecida e que o paradigma transformativo é o mais apropriado para assegurar essa correlação.

Diante do exposto, considera-se que este seja um trabalho cientificamente relevante, pois procurará demonstrar, inclusive empiricamente, que a interface entre prática reflexiva e dimensão política do Serviço Social poderá ser um instrumento de fortalecimento do Serviço Social na contemporaneidade.

2 | DESENVOLVIMENTO

De início será apresentada uma revisão conceitual em relação a prática reflexiva e sua relação com o Serviço Social, como também referente a dimensão política da profissão, introduzindo o paradigma transformativo como o mais apropriado na atualidade para interagir nesta interface entre estas duas categorias teóricas tão essenciais para a profissão na atualidade. Em seguida, serão apresentadas algumas falas de atores sociais doutores em Serviço Social, ratificando a importância desta relação dentro dos direitos humanos.

Conforme o pensamento de Giddens (2000) a concepção pós-moderna admite uma pluralidade de propósitos heterogêneos ao conhecimento e nela a ciência não possui um lugar de destaque. Por isso o autor considera que no atual período as consequências da modernidade são bem mais radicalizadas e universalizadas. Até porque a modernidade possui um caráter de descontinuidade, móvel e imparável.

E com a pós-modernidade a reflexividade passa a possuir uma especificidade: “A reflexividade da vida social moderna consiste no facto de as práticas sociais serem constantemente examinadas e reformadas à luz da informação adquirida sobre essas mesmas práticas, alterando assim constitutivamente seu carácter” (Giddens, 2000, p. 27)

Sendo assim para Giddens (2000) é característica da modernidade a presunção da reflexividade generalizada a qual acaba por incluir a reflexão da natureza da própria reflexão.

A modernidade é constituída no e através do conhecimento aplicado reflexivamente, mas a equiparação do conhecimento à certeza veio a revelar-se um equívoco. Estamos desorientados num mundo que é totalmente constituído através do conhecimento aplicado reflexivamente, mas onde, ao mesmo tempo, nunca podemos ter a certeza de que qualquer elemento dado desse conhecimento não será revisto. (Giddens, 2000, p. 27 e 28)

Em relação ao Serviço Social Wilson, et al. (2011) afirmam que a prática reflexiva é, em essência, pensar a atividade profissional com qualidade e conteúdo. Sendo assim ela envolve o pensamento holístico que abrange fatos e sentimentos, compreensão artística e científica e perspectivas objetivas e subjetivas. Por isso, todas as fontes de conhecimento precisam ser reconhecidas e utilizadas na prática reflexiva.

Até porque segundo Wilson, et al. (2011) a prática reflexiva envolve o reconhecimento de que para profissões que trabalham com pessoas nunca há uma solução direta para um problema, pois cada indivíduo vivencia suas circunstâncias e seus problemas diferentemente. Por isso, conhecimentos mais complexos que reconheçam a singularidade do indivíduo e as dimensões intersubjetivas das intervenções do Serviço Social são imprescindíveis na prática reflexiva.

Sendo assim, para Wilson, et al. (2011) a prática reflexiva se alicerça em relações profissionais sólidas e em uma postura profissional reflexiva. Ou seja, sem reflexão os Assistentes Sociais correm o risco de se envolver em práticas carregadas de valores e mal informadas, que acabam não respondendo as necessidades dos usuários. Por isso, é responsabilidade de todos os Assistentes Sociais desenvolver sua capacidade reflexiva, garantindo assim que o potencial reflexivo de sua força de trabalho seja realizado.

Wilson, et al. (2011) lembram ainda que o Assistente Social deve sempre estar atento ao contexto organizacional em que atua, assim como ao trabalhar com um usuário do serviço, seu foco deve ser o indivíduo em seu contexto social.

Compactuando com esse pensamento, Albuquerque e Arcoverde (2017) afirmam que na atualidade o Serviço Social enfrenta o desafio de “(re) descobrir ou de (re) construir o seu contributo sociopolítico sob bases renovadas”. (p. 1). Isto porque os riscos sociais nos tempos pós-modernos são incalculados, incertos e desmedidos, e exigem um esforço de reflexão sobre a realidade socioeconômica, sobre as instituições e sobre a própria profissão. Essa reflexão deve ser centrada no agir e não só no fazer, com base em um

pensamento criativo e com estratégias apropriadas perante as exigências da sociedade em constante transformação.

Albuquerque e Arcoverde (2017) registram que diante da complexidade das sociedades contemporâneas compete ao Serviço Social “uma permanente procura de competência e de criatividade na resposta às expressões da questão social a nível local sem as desvincular do global” (p 3). É então imprescindível uma fortificação da estratégia política da profissão. “A superação, sem neutralização, do único em prol da identificação do que é comum às diversas situações consagra o domínio estratégico da intervenção social e a sua dimensão política”. (p. 12,13).

Sendo assim, Albuquerque e Arcoverde (2017) salientam que em uma ótica macro, a reflexividade possibilita suplantar a dimensão do cotidiano, desenvolvendo um entendimento mais holístico dos atuais riscos globalizados, de acordo com os princípios éticos e políticos assumidos pelo Serviço Social que deve ser mais político e capaz de questionar-se, assumindo uma postura crítica de discordância com a continuidade de uma ordem social injusta e desigual.

Neste sentido, Amaro (2015) enfatiza que “não é possível pensar a prática profissional como neutra e o Serviço Social, enquanto profissão tem uma dimensão política[...] grande parte dos profissionais não tem consciência dessa dimensão política inerente à profissão”. (p. 161,162)

Os grandes compromissos do Serviço Social são colocados a um nível macro e com um enfoque eminentemente societal. Evidencia-se, nesta leitura, a dimensão política da profissão, dado que aparece diretamente relacionada com os propósitos da justiça social, da democracia e da consumação dos direitos humanos e sociais. (Amaro, 2015, p. 181)

Amaro (2015) se reporta a Josefina McDonough que afirma que a face esquecida do Serviço Social é a prática política. Para a autora americana, empenhar-se para a conquista do ideal de justiça social demanda que os Assistentes Sociais se situem ao nível da criação e avaliação das políticas sociais, ou seja, que participem propriamente na sua construção.

De acordo com o pensamento de Amaro (2015) a dimensão política refere-se a uma firme identificação e compromisso do Serviço Social com os princípios da democracia, “A profissão assume-se, desta forma, vinculada aos ideais da justiça social, do bem-estar, da realização dos direitos e da promoção da igualdade, na linha da realização plena da cidadania.” (p. 166).

Deste modo, deve existir uma forte conexão entre a prática reflexiva e a dimensão política do Serviço Social, visto que as duas categorias teóricas levam a profissão a compreensão da realidade social dentro de uma sociedade capitalista excludente e injusta.

Sousa (2017) reforça essa concepção ao registrar que a dimensão política do Serviço Social é evidente na própria definição da profissão, visto que ela está vinculada à justiça social e aos direitos humanos. “Os princípios de justiça social, dos direitos humanos,

da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social” (p.12). Por isso, a autora enfatiza que a compreensão da dimensão política da profissão não é nem linear muito menos isenta de debate. Para a autora então é necessário refletir sobre como os Assistentes Sociais na sua prática operacionalizam a defesa dos direitos humanos e da justiça social, enfatizando o lugar do Serviço Social na concepção e avaliação das políticas sociais.

Para Sousa (2015) a dimensão política do Serviço Social é patente na definição do Serviço Social da FIAS (Federação Internacional de Assistentes Sociais), principalmente quando se refere ao seu vínculo com a justiça social e os direitos humanos. Segundo a autora, a FIAS declara que “o Serviço Social intervém no sentido de capacitação e da autonomia das pessoas para melhorar o bem-estar”, (p. 9).

Sousa (2015) ainda registra que para Penelope Welbourne essa declaração ocasiona para o Serviço Social a responsabilidade de defender as pessoas mais vulneráveis, a nível político. “Para a autora, o Serviço Social é um produto do seu contexto social e político, mas isso não o impede, antes tem, não só a possibilidade, como o dever moral de influenciar a direcção das políticas.” (p.19).

Neste sentido, Rocha, et al. (2013) registram que o século XXI requer do Serviço Social uma reflexão em relação ao sentido histórico e epistemológico da teoria que alicerça a profissão com o intuito de provocar fraturas em discursos, conceitos, métodos e práticas que já foram considerados como a verdade absoluta. O Serviço Social na contemporaneidade necessita definir categorias teóricas e metodológicas baseadas na interdisciplinaridade e na certeza de que o próprio homem deve construir a sua realidade. E a adoção de uma teoria crítica da sociedade é fundamental neste sentido.

Em relação a esta teoria crítica, Mertens (2005) explica que o paradigma transformativo abrange teóricos críticos, pesquisadores da ação participativa, marxistas, feministas, minorias raciais e étnicas e pessoas com deficiência (os sujeitos ativos da pesquisa), entre outros. A estudiosa afirma rejeitar o rótulo “teoria crítica” para este paradigma porque a teoria crítica é apenas uma abordagem possível que se encaixa sob o guarda-chuva transformativo. O paradigma transformativo aborda diretamente a política em pesquisa ao confrontar a opressão social em qualquer nível em que ela ocorra.

Conforme Mertens (2005) o paradigma transformativo surgiu por causa da insatisfação com os paradigmas e práticas de pesquisa dominantes e por causa da percepção de que grande parte da teoria sociológica e psicológica havia sido desenvolvida a partir da perspectiva masculina branca.

Sendo assim, no entendimento da autora deste artigo, doutoranda em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa (Iscte), o paradigma transformativo é o melhor se apropria da interface entre prática reflexiva e dimensão política do Serviço Social.

Até porque segundo os estudos realizados por Mertens (2005), embora nenhum corpo unificado de literatura seja representativo do paradigma transformativo, quatro

características são comuns às diversas perspectivas nele representadas e servem para distingui-lo dos paradigmas pós-positivistas e construtivistas: 1) Dá importância central às vidas e experiências dos diversos grupos que, tradicionalmente, foram marginalizados, não limitando o estudo às experiências de vida das mulheres, mas estudando a forma como a opressão é estruturada e reproduzida; 2. Analisa como e por que as desigualdades baseadas em gênero, raça ou etnia, deficiência, orientação sexual e classes socioeconômicas se refletem em relações de poder assimétricas; 3, Examina como os resultados da investigação social sobre as desigualdades estão ligados à ação política e social; 4. Utiliza uma teoria transformadora para desenvolver a teoria do programa e a abordagem de pesquisa. Uma teoria de programa é um conjunto de crenças sobre como um programa funciona ou por que um problema ocorre.

De acordo com o pensamento de Mertens (2005) o paradigma transformativo enfatiza a influência de valores sociais, políticos, culturais, econômicos, étnicos, de gênero e deficiência na construção da realidade. Além disso, enfatiza que o que parece “real” pode ser, ao contrário, estruturas reificadas que são tidas como reais por causa de situações históricas. Assim, o que é considerado real precisa ser examinado criticamente por meio de uma crítica ideológica de seu papel na perpetuação de estruturas e políticas sociais opressivas.

Mertens (2018) ainda ressalta que o paradigma transformativo orienta o pensamento sobre questões de desigualdades de poder, o impacto do privilégio e as consequências disso para alcançar a justiça social. E ainda ressalta que dentro do desenho de métodos mistos na pesquisa enraizada no ramo da justiça social é possível captar diferentes realidades em sua complexidade a partir das experiências vividas pelos atores. Segundo a autora, os entendimentos resultantes dessa abordagem fornecem subsídios para mudanças estruturais e sistêmicas que podem reduzir a discriminação e a opressão e aumentar a justiça social.

Sendo assim, a tríade prática reflexiva, dimensão política e paradigma transformativo é um caminho que se entrecruzada para o Assistente Social na compreensão da realidade social nos tempos pós-modernos que possuem um caráter de descontinuidade, é móvel e imparável, conforme ressaltado por Giddens (2000).

No entendimento de Basto (2022) a prática reflexiva acaba por gerar um distanciamento de um trabalho rotineiro e mecanizado, que não provoca a mudança social e que mantém a realidade social parada, não respondendo a novos desafios. Por isso, um profissional de Serviço Social quando pretende incentivar sua prática reflexiva deve constantemente investir na sua formação, deve ampliar seus conhecimentos e sua capacidade de refletir sobre a realidade social.

Em relação a prática reflexiva e sua interface com a dimensão política do Serviço Social, serão agora apresentadas algumas falas oriundas de um trabalho de observação em sala de aula do curso de Licenciatura em Serviço Social, realizado pela autora deste

artigo, referente a pesquisa da tese “A Dimensão Política do Serviço Social na Formação de Assistentes Sociais” do Doutorado em Serviço Social”, ambos do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte), em Portugal.

Ator Social I – Professor II da Unidade Curricular: Teoria e História do Serviço Social

- Precisamos olhar a pessoa no contexto, observando aquilo que determina a situação. Conhecer os condicionantes que levaram a pessoa a chegar aquela situação fruto das consequências da sociedade. Os Assistentes Sociais precisam ter o cuidado de fazer essa reflexão!
- O Serviço Social não pode sair da área da reflexão. Ele precisa verificar se a prática tem contribuído para a alteração das políticas públicas. A autonomia do Serviço Social se baseia na capacidade de reflexão, por isso é preciso pensar a profissão.
- O Serviço Social está tão impermeado da questão de fazer que os Assistentes Sociais acabam se esquecendo do envolvimento na política. Não resta tempo para reflexão! Mas a reflexão é quem faz a alteração na prática. É preciso pensar a prática!
- A Dimensão Política da profissão consiste na definição de um projeto profissional que vise a transformação social.
- Eu preciso fazer a reflexão sobre a prática para tentar influenciar a política.

E é em virtude da necessidade desta reflexão sobre a prática, e da compreensão de que a autonomia da profissão se alicerça na sua capacidade de reflexão, contribuindo assim para o fortalecimento da dimensão política do Serviço Social, que o crescimento das políticas públicas vai ocorrendo.

Partindo desta compreensão para Carvalho (2018) é necessário evidenciar a relação do Serviço Social com os direitos humanos por meio de um posicionamento teórico que aproprie-se de uma visão crítica do mundo. E a autora lembra que esta relação do Serviço Social com os direitos humanos é intrínseca à identidade profissional.

Ator Social II – Professor I da Unidade Curricular: Laboratório de Ética e da Profissão em Serviço Social

- Zelar pelo bem-estar da pessoa para que ela possa voltar a ter dignidade, essa é a função do Serviço Social.
- Não se pode viver com injustiça social em sociedade.
- Tudo que vocês aprenderem aqui deve ser aplicado para fortalecer a dignidades das pessoas.
- Defender os direitos humanos e a justiça social é a motivação para o trabalho social.
- A base é os direitos humanos e a justiça social, até porque os direitos humanos devem ser uma ideia fixa do Assistente Social.

E é exatamente neste zelo pela dignidade da pessoa e nesta luta pela defesa dos direitos humanos e da justiça social que a interface prática reflexiva e dimensão política do

Serviço Social se efetivam.

Mais uma vez é preciso retomar o pensamento de Amaro (2015) que ressalta que a nível macro, a dimensão política do Serviço Social aparece ligada a justiça social, a democracia e aos direitos humanos e sociais. Por isso, este nível é essencial para que a profissão possa oportunizar a mudança e a justiça social. Até porque segundo Martins (2021) o Serviço Social como profissão tem como essência o compromisso e desafio diante das estruturas opressoras, de combater a desigualdade e de defender a justiça social, assegurando a equidade social e econômica e promovendo a dignidade da pessoa humana.

Ator Social III – Professor II da Unidade Curricular: Laboratório de Ética e da Profissão em Serviço Social

- O Assistente Social precisa aplicar o princípio da justiça social.
- O papel do Assistente Social consiste no Projeto de trabalhar na mudança social da pessoa com base na sua autodeterminação.
- Nós, Assistentes Sociais, somos responsáveis pela mudança social!
- O Assistente Social precisa ter coragem ao se levantar a favor das populações excluídas, introduzindo na sua prática reflexão com muita coragem!
- O Assistente Social precisa trabalhar na intervenção no sentido da construção identitária – fazendo a pessoa lembrar que tem direito a sonhar!
- A justiça social é uma das grandes bandeiras do Serviço Social, junto com a dos direitos humanos.
- Nós não somos Messias, mas temos a responsabilidade de contribuir para a transformação social.
- Nossa intervenção deve ser embasada em princípios e valores, sempre escutando, sem julgamentos e preconceitos.
- Nossos atos devem conferir dignidade ao outro.
- O Serviço Social é a profissão dos direitos humanos, mas é também da justiça social.

E é por acreditar que é lugar do Assistente Social a luta pela transformação social e que somente por meio de uma prática reflexiva e corajosa esse caminho pode ser trilhado, que é possível afirmar o Serviço Social precisa se basear no paradigma transformativo, crendo e lutando pela possibilidade da mudança social.

Nesta perspectiva, Carvalho (2018) ressalta que os Assistentes Sociais são instigados a refletir a respeito da função opressiva e de controle social que lhe foi imputada. Sendo assim, é preciso superar essa tendência e desenvolver com sentido crítico práticas igualitárias e reflexivas. Por isso para objetivar os direitos o Assistente Social é desafiado a compreender o tipo de ordem social estabelecida e as características opressivas da mesma.

Por fim, percebe-se que a interface entre prática reflexiva e dimensão política do

Serviço Social deve ser fortalecida e diante da sua riqueza teórica e metodológica sugere-se que o paradigma transformativo seja o mais apropriado para assegurar essa correlação. Realmente o Assistente Social não é Messias, mas possui a responsabilidade de contribuir para a mudança social, na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a dignidade humana e a autodeterminação do sujeito sejam prioridades.

Em uma sociedade móvel, imparável e com carácter de descontinuidade (Giddens, 2000) o Serviço Social precisa se apropriar de sua capacidade reflexiva, garantindo assim que o potencial reflexivo de sua força de trabalho seja realizado (Wilson et al, 2011), até porque a justiça social é uma das grandes bandeiras do Serviço Social junto com a dos direitos humanos (ator social III). Lembrando que os direitos humanos devem ser uma ideia fixa do Assistente Social (ator social II).

Diante do exposto, prática reflexiva, dimensão política e paradigma transformativo constituem uma estrada teórica e metodológica que o Assistente Social precisa percorrer na sua intervenção profissional nos tempos pós-modernos. E esta trilha exige coragem (ator social III), pois a teoria deve ser aplicada na prática no sentido de fortalecer a dignidade das pessoas (ator social II). Não é possível que um Assistente Social não tenha tempo para reflexão, pois é ela quem faz a alteração na prática. É preciso pensar a prática! (ator social I). É imprescindível perceber que a pessoa humana tem o direito de sonhar (ator social III) e os Assistentes Sociais precisam ter o cuidado de fazer essa reflexão! (ator social I), até porque é função do Serviço Social levar a pessoa a voltar a ter dignidade (ator social II).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que o acesso a determinados direitos e bens fundamentais se generaliza[...] aparecem novas desigualdades a um nível mais elevado, e estas exigem novas respostas[...] a marcha para a igualdade sob todas as suas formas (sociais, econômicas, educativas, culturais, políticas) é um processo sempre em curso e incompleto para todo o sempre. (Piketty, 2022, p. 34)

Este artigo procurou demonstrar a existência de uma interface entre a prática reflexiva e a dimensão política do Serviço Social, apresentando o paradigma transformativo como o mais apropriado para fortalecer teórica e metodologicamente esta relação no mundo pós-moderno, na permanente luta pela afirmação dos direitos humanos e da justiça social. Na atualidade novas desigualdades obrigam novas respostas sociais e a marcha para o alcance da igualdade social é um processo baseado em constante busca, até porque a sociedade possui um carácter de descontinuidade.

Para tentar entender esse processo de desigualdade social que está sempre em curso pois é incompleto por natureza, o Serviço Social precisa parar para refletir a sua prática, compreendendo a dimensão macro que perpassa a sua ação profissional. E isso deve ocorrer de forma transformativa (além da crítica) com base na interferência dos valores

sociais, políticos, culturais, econômicos, étnicos, de gênero e deficiência que interferem na construção da realidade social. Sendo assim, o contexto requer um paradigma que oriente o pensamento sobre questões de desigualdades de poder, do impacto do privilégio e das consequências destes fatores para se alcançar uma sociedade mais igualitária, conforme tão bem ressaltado por Mertens (2005, 2018).

Percebe-se então que o Serviço Social dentro desta perspectiva nunca pode perder de vista que o ser humano tem direito de sonhar com uma sociedade menos desigual na qual os direitos humanos e a justiça social sejam realmente efetivados, garantindo a dignidade humana e a autodeterminação do sujeito. E para que este sonho se aproxime da realidade a prática reflexiva e a dimensão política da profissão são essenciais na intervenção do Assistente Social, que não é Messias, mas tem a responsabilidade de contribuir para a transformação social.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, Cristina Pinto Albuquerque; Arcovede, Ana Cristina Brito. Por um Serviço Social Renovado. In: Albuquerque, Cristina Pinto Albuquerque; Arcovede, Ana Cristina Brito (Orgs). **Serviço Social Contemporâneo – Reflexividade e Estratégia**. Pactor – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação. Lisboa. 2017.

Amaro, Maria Inês. Narrativas profissionais: Política, Valores e Finalidades. In M. I. Amaro. **Urgências e Emergências do Serviço Social**: fundamentos da profissão na contemporaneidade (pp. 159-218). Universidade Católica Editora. 2015.

Basto, Joana. Prática Reflexiva e o seu Impacto no Trabalho com Idosos. **Trabalho da UC Intervenção em Serviço Social**. Profa Maria João Pena. Instituto Universitário de Lisboa. Doutoramento em Serviço Social. 2022.

Bryman, Alan. **Social Research Methods**. Fourth edition. Oxford University. 4th edition. 2012.

Carvalho, Maria Irene Educação, Direitos Humanos e Serviço Social Crítico. D'Almeida, José Luis; Sousa, Paula (org.). In: **Serviço Social na Escola**- Contributos para o campo profissional. Edições Humus. Ribeirão ,Vila Nova de Famalicão, Braga. 2018. (pp. 171-186).

Giddens, Anthony. Introdução. In: Giddens, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. 4ª edição. Celta Editora. Oeiras. 2000. (pp. 1 a 31)

Martins, Inês Casquilho. O Conhecimento e a Prática Política na Intervenção Social. In: Fialho, Joaquim. (Organizador). **Manual para Intervenção Social**. Da teoria à ação. Edições Sílabo. Lisboa. 2021. (pp. 33 a 56)

Mertens, Donna M. **Mixed Methods Design in Evaluation**. Sage Publications. California. Evaluation In Practice Series. 2018.

Mertens, Donna M. (2005). An Introduction to Research. In: **Research and Evaluation in Education and Psychology**: Integrating Diversity With Quantitative, Qualitative, and Mixed Methods. 2ª ed. Sage Publications. California. 2005. (pp. 1-42)

Piketty, Thomas. **Uma Breve História da Igualdade**. Circulo Leitores. Temas e Debates. Lisboa. 2022.

Rocha, Helena Belchior; Ferreira, Paula Marques; Silva, Teresa Silva; Ramalho, Vanda Braz. Serviço Social Crítico: Da Modernidade à Contemporaneidade. In: **Alternativas**, 20, 2013, pp. 79-90.

Souza, Isabel. **Serviço Social e Democracia** – Desafios do Quotidiano dos Assistentes Sociais. [Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa]. 2015.

Vilelas, Jose. **Investigação**: O Processo de Construção do Conhecimento. 3a. ed. rev. e aum. Edições Sílabo. 2020.

Wilson, Kate [et al]. (2011). Relationship-Based and Reflective Approaches for Contemporary Social Work Practice. In: Wilson, Kate; Ruch, Gillian; Mark, Lymbery; Andrew, Cooper. **Social Work: An Introduction To Contemporary Practice**. Second Edition. Essex, Pearson Education Limited. (pp. 3 a 26).

A

Artesanato 90, 106, 107, 108, 109, 112, 115, 116, 118

C

Certificação 80, 81, 84

Comunidade 5, 53, 79, 81, 82, 122, 130, 131, 151

Covid-19 53, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79

Crescimento económico 150, 151

D

Defesa ambiental 77

Desenvolvimento 3, 7, 34, 35, 37, 38, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 116, 117, 118, 119, 125, 126, 132, 133, 134, 138, 139, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 161, 162, 163

Desenvolvimento local sustentável 149, 151, 152, 153, 154

Dimensão política 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Direito previdenciário 1, 2, 3, 9, 22

Direito público 2, 3, 49

E

Educação ambiental 76, 77, 78, 79

Educação básica 76

Empreendimentos incubados 80, 81, 82, 84

Empresas 7, 38, 42, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 108, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 135, 136

Encarceramento em massa 53, 58, 71

Execução fiscal 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52

I

Incubadoras 80, 81, 84

Industria 105

Inovação 80, 81, 84, 85, 86, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 120, 122, 125, 131, 135, 136

Inteligência coletiva 121

Interação dialógica 77

Interconectividade 121

M

Mídias sociais 23, 24, 26, 37

Morosidade 1, 21, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50

P

Pandemia 31, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79

Participação política 36, 160

Plano nacional 150, 155

Políticas públicas 28, 37, 38, 106, 108, 109, 111, 118, 119, 137, 144, 148

População carcerária 53, 58

Prática reflexiva 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Prestação de contas 23, 24, 25, 26, 27, 29, 35

Previdência social 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21

Prisões preventivas 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75

R

Recorte teórico 137, 139

Rede Asta 106, 107, 108, 109, 112, 114, 116, 117

Redes 25, 39, 78, 85, 87, 92, 102, 103, 107, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 132, 134, 135, 136

Revolução informacional 121

S

Seguridade social 1, 3, 4, 5, 6, 8, 22

Serviço Social 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 168

Sistema Judiciário 41, 42, 43, 50, 57

Sociedade em rede 122

Sucesso competitivo 86

Sustentabilidade 9, 37, 76, 77, 79, 80, 107, 108, 117, 131, 151, 154

T

Tecnologias de comunicação 24

Tribunal de Justiça 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 52, 54, 61, 65, 72

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 4


Ano 2023

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 4


Ano 2023